

Ata n.º 09/2026

Reunião de Câmara realizada em 04 de maio de 2026

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, na Junta de Freguesia da Vilarinho, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Saizana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Domingos Manuel Mendes Lopes. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. PÚBLICO -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1. Faltas -----

2.2. Intervenção do presidente da Câmara Municipal -----

2.3. Intervenção dos vereadores -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.1.1. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.04.2026 de aceitação de doação da empresa Trevipapel - Transformação e Corte de Papel, SA; -----

3.1.2. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 1.063,34 €, relativa ao “Projeto 61: EDP/DPO - Encarregado de Proteção de Dados / Data Protector Officer”; -----

3.2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

3.2.1. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 101 168 748; -----

3.2.2 Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 27.04.2026 relativo à aprovação de trabalhos complementares nos contratos associados aos

lotes das prestação de serviço das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) do Concurso Público nº05/2025 (Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro – Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026); -----

3.2.3. Proposta de atribuição de apoio financeiro de apoio financeiro ao Montanha Clube, no montante de 1.250,00 €, destinado à colaboração a prestar no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally Portugal 2026; -----

3.2.4. Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural do Padrão, no montante de 5.000,00 €, para beneficiação de instalações; -----

3.2.5. Proposta de aprovação de Acordo de Parceria a celebrar com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026; -----

3.2.6. Proposta de aprovação de Acordo de Parceria a celebrar com a Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026;

3.2.7. Voto de Reconhecimento à equipa sénior do Clube desportivo Lousanense pelo acesso à Divisão de Elite da Associação de Futebol de Coimbra da próxima temporada; -----

3.2.8. Voto de Reconhecimento à equipa sénior do Rugby Clube da Lousã que se sagrou campeão nacional da 1.ª Divisão de Rugby; -----

3.2.9. Voto de Reconhecimento à atleta Catarina Amado que ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a liga BPI de Futebol Feminino da época desportiva 2025/2026; -----

3.2.10. Voto de reconhecimento a Gonçalo Dionisio, pizzaiolo pela conquista do 1.º lugar nacional e 35.º lugar mundial, no campeonato Mundial de Pizza realizado em Roma; -----

3.3. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

3.3.1 Proposta de início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação da Lousã; -----

3.3.2 Proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município da Lousã -----

4. APROVAÇÕES EM MINUTA -----



1. Público -----

José Pires Bento iniciou a intervenção agradecendo à Câmara Municipal o empenho e a boa vontade demonstrados, destacando a importância do apoio na elaboração de um projeto relacionado com a recuperação do Restaurante “O Gato”. Seguidamente, expôs uma situação ocorrida no Espaço Cidadão da Câmara Municipal e manifestou o seu desagrado com o atendimento, considerando que o serviço deveria facilitar o apoio aos cidadãos, sobretudo aos mais idosos, questionando a eficácia do Espaço Cidadão enquanto instrumento de proximidade e apoio. Por fim abordou uma questão relacionada com uma intervenção viária junto à sua propriedade. Referiu que o assunto já se arrasta há vários anos e envolve a eventual abertura de uma estrada em frente à sua casa. Explicou que existiam condições inicialmente previstas num projeto antigo, mas que, entretanto, terão ocorrido alterações, nomeadamente quanto a limites e dimensões do traçado. Manifestou discordância com as alterações entretanto efetuadas, considerando que o projeto original deveria ser respeitado. Referiu ainda que está disponível para colaborar com a obra, desde que sejam cumpridos os compromissos inicialmente previstos. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões apresentadas, começando por sublinhar que a autarquia está disponível para colaborar na resolução de problemas e na concretização de projetos no território, dentro das suas competências e atribuições. Relativamente à situação do Espaço Cidadão, esclareceu que o serviço existe para apoiar os cidadãos, mas que existem limitações técnicas e legais no tratamento de dados pessoais. Referiu que, no caso em concreto, os funcionários não se sentiram confortáveis em aceder diretamente ao e-mail pessoal do munícipe, por razões de proteção de dados e procedimentos internos, o que terá originado o constrangimento. Reforçou que os serviços existem para servir os cidadãos, embora dentro das regras e protocolos estabelecidos. No que respeita à questão da estrada e do terreno, o Presidente da Câmara afirmou que o município procura tratar todos os cidadãos de forma igual e justa, sem favorecimentos ou prejuízos. Referiu que o processo em causa é antigo e complexo, envolvendo vários intervenientes, o que tem dificultado a sua resolução. Acrescentou que a Câmara Municipal está disponível para encontrar uma solução equilibrada, em articulação com todos os interessados, de forma a resolver definitivamente a situação. Concluiu referindo que será feita

uma análise no local e que a autarquia procurará, com a maior brevidade possível, encontrar uma solução consensual que permita ultrapassar o problema. -----

Carlos Alberto Serra interveio relativamente ao problema do saneamento na Rua Engº Duarte Pacheco, referindo que o assunto já se arrasta há vários anos sem resolução concreta. Recordou que já anteriormente lhe tinha sido indicado que o processo estaria encaminhado, mas que a situação se mantém inalterada. Solicitou uma resposta objetiva sobre o estado do processo, questionando concretamente o que já foi feito e quais as diligências efetuadas pela Câmara Municipal, manifestando preocupação pelo prolongamento desta situação. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o procedimento administrativo relativo à obra se encontra concluído e preparado para lançamento. Explicou que foi necessário compatibilizar o problema existente com a obra existente no local, o que originou algum atraso adicional no processo. Informou ainda que a perspetiva do Município é que o procedimento seja lançado durante o mês de maio, seguindo-se posteriormente a fase de análise de propostas, adjudicação e execução da obra. Reconheceu que se trata de uma situação antiga e geradora de incómodo, sublinhando, contudo, que a Câmara Municipal está empenhada em encontrar uma solução definitiva. Acrescentou que têm sido desenvolvidos contactos e articulações técnicas e administrativas para garantir a resolução do problema, incluindo questões relacionadas com o domínio público e infraestruturas existentes. Concluiu afirmando que o objetivo do Município é resolver a situação de forma simples e definitiva, manifestando expectativa de que o processo avance brevemente. -----

Oswaldo Serra apresentou a situação das estradas em terreno comunitário, que se encontram degradadas devido ao inverno, dificultando o acesso, nomeadamente em contexto de prevenção e combate a incêndios rurais. Solicitou com urgência a disponibilização de uma máquina de limpeza para regularização de caminhos, de forma a garantir a acessibilidade para meios de socorro em caso de emergência e a intervenção preventiva antes da época de incêndios. Reportou a existência de problemas em pontos de água e nascentes, incluindo tanques públicos com dificuldades de abastecimento, nascentes com caudais irregulares e a necessidade de garantir reserva de água operacional para combate a incêndios. Salientou ainda que alguns sistemas de água se encontram obstruídos ou mal direccionados,



comprometendo a sua eficácia em situação de emergência. Abordou ainda a existência de problemas de drenagem e escoamento de águas, interferências em linhas de água naturais e situações relacionadas com terrenos privados e acumulação de entulhos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município procedeu recentemente ao reforço do parque de máquinas, existindo atualmente um plano de intervenção em curso para dar resposta às diversas necessidades identificadas no território. Salientou, contudo, que não é possível resolver todas as situações de imediato, encontrando-se as intervenções devidamente identificadas e calendarizadas para execução faseada, em função das prioridades e dos recursos disponíveis. Informou ainda que está previsto o início de trabalhos de limpeza, sinalização e reparação de linhas de água e estradas no âmbito das ações de prevenção da próxima época de incêndios rurais. Referiu igualmente que se encontram já em curso várias intervenções em linhas de água e na limpeza de infraestruturas hidráulicas, existindo diversos pontos previamente sinalizados para manutenção, sendo a atuação desenvolvida de forma progressiva, atendendo à dimensão das necessidades existentes no território. Reforçou também que o Município está a intervir em vários pontos críticos já identificados, considerando, no entanto, fundamental a articulação entre os serviços municipais e os proprietários privados. Nesse sentido, salientou que a responsabilidade pela limpeza e manutenção dos terrenos privados deve igualmente ser assumida pelos respetivos proprietários, sublinhando que a proteção civil constitui uma responsabilidade partilhada por todos os intervenientes no território. Por fim, reafirmou o compromisso do Município em prosseguir com as intervenções programadas, procurando otimizar os recursos disponíveis e responder progressivamente às situações identificadas, com especial prioridade para a prevenção de incêndios rurais e para a melhoria das acessibilidades. -----

Manuel Simões expôs uma situação relacionada com o ruído e incómodo provocado por estabelecimentos de restauração e bebidas situados na Praça Sá Carneiro, nas traseiras da Av. S. Silvestre. Referiu que, durante os fins de semana, os estabelecimentos em causa funcionam com música amplificada até cerca da 01h30 da manhã, bem como episódios em que a música se manteve durante várias horas

consecutivas. Salientou que o som é audível no interior da sua habitação, e que causa incómodo prolongado aos moradores da zona. Informou ainda que já contactou as autoridades competentes, tendo-lhe sido comunicado que os estabelecimentos possuem licença de funcionamento. Questionou, no entanto, o tipo de licenciamento atribuído, considerando excessivo o funcionamento com música até tão tarde em zona habitacional. Acrescentou também preocupações relacionadas com odores provenientes da atividade de restauração, nomeadamente cheiros a fritos, levantando dúvidas quanto às condições de exaustão existentes nos estabelecimentos. Esclareceu que não se encontra contra o funcionamento dos cafés ou estabelecimentos comerciais, nem contra o direito ao exercício da atividade, mas sim contra a forma de funcionamento e o nível de incomodidade causado aos moradores, defendendo que este tipo de estabelecimentos, em zonas habitacionais, deveria ter limitações horárias mais restritivas. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que será reforçada a fiscalização relativamente a estas situações, reconhecendo tratar-se de uma matéria sensível e que exige equilíbrio entre o direito ao descanso dos residentes e o direito ao funcionamento da atividade económica. Referiu ainda que irá procurar analisar o processo de licenciamento dos estabelecimentos em causa, bem como perceber em concreto quais as autorizações emitidas e os limites associados ao funcionamento e emissão de ruído. Acrescentou que o Município tem mantido licenças anteriormente atribuídas, mas que irá avaliar a situação apresentada e procurar compatibilizar os interesses das diferentes partes envolvidas, admitindo a necessidade de eventual ajustamento das condições de funcionamento, caso se verifique fundamento para tal. Por fim comprometendo-se a acompanhar o assunto junto dos serviços competentes e das autoridades envolvidas. -----

Casimiro Simões na qualidade de presidente da Associação de S. Lourenço dirigiu um convite formal ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos Srs. Vereadores para estarem presentes na quinta edição do evento “Diásporas Serra da Lousã”, a realizar no dia 6 de junho, evento que este ano incluirá uma homenagem ao Dr. Lousã Henriques Sublinhou ainda a importância cultural e patrimonial da iniciativa, destacando o trabalho desenvolvido pela associação na preservação do património material e imaterial dos descendentes das comunidades serranas. De seguida, expôs



uma situação relacionada com o Largo da Capela de S. Lourenço, referindo a existência de várias máquinas alegadamente avariadas e depositadas naquele espaço público há vários meses. Considerou tratar-se de uma situação abusiva e provocatória, solicitando a intervenção da Câmara Municipal no sentido da remoção da referida sucata e limpeza do local, defendendo que o espaço deve permanecer livre e devidamente cuidado. Acrescentou que esta situação se insere num conjunto de episódios que, no seu entendimento, têm contribuído para um clima de conflitualidade na comunidade, mencionando igualmente questões relacionadas com desvios de água de fontes públicas. Aproveitou também para questionar o Executivo relativamente a uma situação anteriormente apresentada em Assembleia Municipal, relacionada com a construção de uma barragem que considerou ilegal e potencialmente perigosa para as populações situadas a jusante, solicitando informação sobre eventuais diligências efetuadas e medidas previstas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu o convite formulado, referindo que, caso a agenda o permita, procurará estar presente no evento. Quanto à situação das máquinas depositadas no Largo Armando Marques, informou ter tomado conhecimento da situação naquele momento, desconhecendo até então a dimensão do problema relatado. Comprometeu-se a solicitar aos serviços competentes a identificação da situação e a averiguar as condições em que os equipamentos se encontram naquele espaço. Relativamente à questão da alegada barragem, esclareceu que os serviços municipais se encontram a recolher e analisar informação, tendo já sido realizadas diversas diligências para apurar os factos e verificar as competências das diferentes entidades envolvidas. Referiu ainda que aguardará pela recolha de todos os elementos necessários antes de assumir qualquer posição formal ou desenvolver articulação com as autoridades competentes. -----

John Wayne informou que, durante o incêndio ocorrido em agosto, a aldeia de Cabanões foi evacuada pelas 09h00. Referiu, contudo, que ele e outros residentes permaneceram na aldeia com o objetivo de proteger as habitações e o património, uma vez que, segundo afirmou, não dispunham de apoio de bombeiros naquele momento. Acrescentou que os moradores adquiriram, pelos seus próprios meios, as mangueiras em falta para equipar as bocas de incêndio existentes na aldeia,

salientando, no entanto, que continuam a necessitar de mais material. Solicitou ainda autorização para utilizarem o tanque para exercícios, a piscina e a respetiva bomba como meios de apoio ao combate a incêndios, esclarecendo que, para esse efeito, será necessário proceder previamente ao enchimento da piscina. Por fim, chamou a atenção para o estado de degradação da estrada de acesso à aldeia, considerando urgente a realização das respetivas obras de reparação, dada a importância daquela via para a população e para o acesso em situações de emergência. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** tomou boa nota da intervenção e fez um breve esclarecimento sobre o que se pretende fazer na aldeia de Cabanões. -----

António Carlos Andrade solicitou informações sobre a situação apresentada na última reunião de Câmara relacionada com um depósito de captação de água recentemente intervencionado, referindo que a obra realizada no local terá alterado o escoamento natural das águas pluviais. Esclareceu que a sua preocupação não se prende apenas com eventuais prejuízos agrícolas, mas também com a salvaguarda de um projeto pessoal e comunitário desenvolvido ao longo de vários anos. Salientado que, devido às recentes condições meteorológicas e aos episódios de chuva intensa verificados, a situação se agravou, tornando ainda mais evidente a necessidade de um correto encaminhamento das águas, de forma a evitar o seu espalhamento pelas vias e terrenos envolventes. Abordou também questões relacionadas com a operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água e das bocas de incêndio existentes em aldeias da serra. Referiu que, há cerca de três anos, realizou testes em períodos de maior consumo de água e na sequência desses testes, verificou falhas de pressão e dificuldades de funcionamento em algumas bocas de incêndio existentes na aldeia, situação que, segundo afirmou, foi comunicada às entidades competentes. Acrescentou que, apesar da informação transmitida na altura, considerou que o processo não teve o acompanhamento adequado, mantendo-se dúvidas relativamente à operacionalidade do sistema em caso de necessidade real de combate a incêndios. Por fim, referiu desconhecer qual a entidade responsável pela gestão da rede em causa, alertando, contudo, para a importância de garantir condições efetivas de funcionamento dos sistemas de abastecimento de água destinados à proteção contra incêndios. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que já se encontra em análise uma solução para resolver a situação identificada, nomeadamente no que respeita ao correto encaminhamento das águas e à necessidade de reposição do seu curso natural, de forma a evitar prejuízos em terrenos agrícolas e propriedades adjacentes. Esclareceu que o Município terá igualmente de intervir no local, reconhecendo que a situação exige uma solução técnica adequada. Contudo, salientou que, face às prioridades atuais relacionadas com a preparação da próxima época de incêndios rurais, não será possível proceder de imediato à intervenção pretendida. Ainda assim, garantiu que o assunto não está esquecido e que será resolvido logo que exista disponibilidade de meios humanos e maquinaria. Reconheceu igualmente a necessidade de encontrar a melhor solução técnica para o problema, comprometendo-se a manter o acompanhamento da situação. Acrescentou ainda que os serviços municipais se encontram a trabalhar no assunto e que, assim que exista um plano de intervenção definido, será prestada informação aos interessados. Relativamente às questões relacionadas com os sistemas de abastecimento de água e bocas de incêndio, solicitou o envio do relatório e demais elementos existentes sobre a situação referida, comprometendo-se a analisar toda a informação e a verificar o estado das infraestruturas identificadas. Salientou que o interesse do Município passa por garantir que todas as aldeias disponham de condições adequadas de segurança e operacionalidade no âmbito da proteção civil. Por fim, reconheceu que existe um trabalho contínuo a desenvolver em todo o território, admitindo que não será possível resolver todas as situações em simultâneo, mas reafirmando o compromisso de continuar a investir e reforçar os meios municipais ligados à proteção civil e à prevenção de incêndios rurais. -----

Luis Pedro Correia manifestou preocupação com a presença frequente de veados e javalis em zonas habitacionais e agrícolas, referindo os transtornos e prejuízos causados. Indicou que vários moradores têm reportado a circulação destes animais, sobretudo durante a noite, incluindo em propriedades privadas e áreas residenciais. Referiu ainda que os animais conseguem ultrapassar muros e estruturas de proteção, demonstrando a dificuldade em controlar a situação, e apelou à implementação de soluções eficazes para minimizar os impactos causados. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal reconheceu a existência do problema e informou que o Município se encontra a avaliar possíveis soluções. Referiu, contudo, que se trata de uma matéria cuja responsabilidade envolve também outras entidades, nomeadamente o ICNF e entidades gestoras das zonas de caça. Acrescentou que será procurada uma solução prática e equilibrada, podendo passar pela articulação com o Clube de Caça da Lousã ou outras entidades competentes, no sentido de minimizar os impactos causados pela presença dos animais. Salientou ainda que o Município procurará dar resposta à situação dentro das possibilidades existentes e em articulação com as entidades responsáveis. -----

Valdemar Costa Gonçalves referiu que os danos registados na sua propriedade foram significativos, nomeadamente em terrenos cultivados e junto de oliveiras, salientando que os animais conseguiram destruir redes de proteção e estruturas enterradas a considerável profundidade, demonstrando a dificuldade em impedir a sua entrada. Acrescentou que, apesar das medidas de proteção já implementadas, incluindo apoio prestado através do fornecimento de materiais, os animais continuam a conseguir aceder às propriedades, causando prejuízos e desânimo aos proprietários. Manifestou ainda preocupação pelo facto de, atualmente, não existirem soluções eficazes ou mecanismos que permitam resolver definitivamente este tipo de situações, apelando à continuação da procura de respostas por parte das entidades competentes. De seguida, questionou o Executivo Municipal relativamente à previsão de execução das obras de saneamento na Estrada do Brejo, referindo que a rede já existe em zonas próximas, mantendo-se, contudo, aquela área sem ligação à infraestrutura. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Município possui várias obras de saneamento e abastecimento de água já identificadas, informou ainda que se encontram em curso diligências junto das entidades competentes, incluindo uma reunião agendada com a Ministra do Ambiente, com o objetivo de procurar soluções que permitam aumentar a capacidade financeira e operacional da APIN, viabilizando a concretização de mais investimentos nas redes de abastecimento e saneamento. Referiu não ser possível indicar, naquela data, um prazo concreto para a execução das obras pretendidas, mas reafirmou o compromisso do Município em continuar a trabalhar para assegurar a concretização progressiva das intervenções necessárias.



2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 – Faltas -----

Faltou a Sr.^a. Vereadora Cristina Silva, que justificou a falta. -----

2.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou a intervenção dando nota de que, nos próximos dias, será nomeado o novo Comandante dos Bombeiros, o qual assumirá funções no território. Referiu que se encontra igualmente em curso o processo de transferência de competências e reorganização das estruturas municipais de proteção e socorro, estando previsto que o novo responsável passe a liderar a corporação ainda durante o mês de maio. Acrescentou que o atual comandante manterá funções exclusivamente enquanto coordenador municipal de proteção civil, função que exerce em regime de tempo inteiro, sublinhando a importância desta articulação na gestão e preparação do território. Deu ainda nota de várias atividades e investimentos recentes, nomeadamente a comemoração do aniversário do corpo de bombeiros municipais, a apresentação de obras de reabilitação do quartel e a entrega de duas novas máquinas operacionais ao serviço dos bombeiros, já em condições de utilização no terreno. Referiu que estes equipamentos representam um reforço significativo da capacidade operacional do município, sendo uma necessidade identificada há vários anos. Informou igualmente que se encontra em preparação uma candidatura com vista ao reforço do parque de máquinas e equipamentos da proteção civil, estando previsto o recebimento, durante o mês de maio, de um trator equipado para trabalhos de gestão de combustíveis e manutenção florestal, bem como outros equipamentos complementares. No âmbito da gestão territorial e financiamento, referiu ter tido reunião com a CCDR, na qual foi abordada a redução dos fundos disponíveis para a execução de obras no concelho, incluindo intervenções já previstas e outras em fase de candidatura, o que poderá condicionar a execução de alguns projetos. -----

2.3. Intervenção dos Vereadores -----

O **Sr. Vereador António Marçal** questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre os critérios utilizados na realização de convites para eventos do Município, designadamente no que respeita aos Deputados da Assembleia da República. Solicitou igualmente informações sobre a reunião realizada com a APIN, bem como



sobre a possibilidade de acesso ao respetivo relatório de contas referente ao período de 2024/2025. Questionou ainda a possibilidade de consulta do relatório das Infraestruturas de Portugal relativo às obras do Metro. Relativamente a uma obra particular sita em Vale de Neira-a-Velha, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do processo, os procedimentos atualmente em curso e a possibilidade de consulta do respetivo processo administrativo. Questionou também sobre a Lousã vir a integrar uma Comunidade Local de Saúde, bem como sobre a articulação existente com os serviços competentes e a previsão de reforço de recursos humanos, nomeadamente médicos, por forma a assegurar o cumprimento dos horários de funcionamento, em especial aos fins de semana. Solicitou ainda informação sobre a previsão de conclusão e abertura do novo Centro de Saúde, bem como esclarecimentos sobre o modelo de financiamento da obra, designadamente no que respeita a pagamentos, adiantamentos e repartição de responsabilidades entre as diferentes entidades envolvidas, tendo manifestado dúvidas quanto à distribuição de encargos entre o Município e a Administração Central. Por fim, questionou, no âmbito dos incêndios de 2025, se existem processos ou indemnizações pendentes relacionadas com o Município, bem como o respetivo enquadramento e eventuais implicações futuras. -----

A Sra. Vereadora Helena Correia associando-se às comemorações do corpo de bombeiros, enalteceu os seus 122 anos de serviço em prol da comunidade e expressou votos de reconhecimento e louvor dirigidos à corporação e a todos os que contribuem para a valorização da sua missão. Questionou de seguida o ponto de situação relativo a soluções em matéria de recursos humanos e funcionamento dos serviços municipais, nomeadamente sobre a nomeação do comandante dos bombeiros e respetivo quadro de comando. Lamentou não ter marcado presença na visita da ANAFRE às freguesias, devido ao conhecimento tardio da mesma, e destacou o papel das juntas de freguesia e dos seus representantes na defesa dos interesses das populações locais, sublinhando a importância da proximidade dos eleitos aos territórios. Referiu ainda a sua ligação afetiva à freguesia de Vilarinho manifestando satisfação pelo trabalho desenvolvido na freguesia e pelo envolvimento das entidades locais na promoção do território. Solicitou o ponto de situação relativamente a intervenções necessárias (na freguesia de Vilarinho),



nomeadamente nas áreas do saneamento e abastecimento de água na freguesia de Vilarinho, solicitando igualmente esclarecimentos sobre a execução das mesmas. Associou ainda os seus cumprimentos ao Clube Recreativo Vilarinhense, pela celebração do seu 93.º aniversário, felicitando a coletividade pelo trabalho desenvolvido. Por fim, solicitou informação sobre o ponto de situação dos procedimentos concursais abertos durante o mandato, aguardando resposta aos pedidos de esclarecimento anteriormente apresentados. -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes fez uma reflexão sobre a gestão florestal e a preparação do território para a próxima época de incêndios, salientando que o território enfrenta desafios particularmente exigentes, quer pelas suas características naturais e orográficas, quer pela elevada carga florestal existente. Referiu que os fenómenos climatéricos extremos têm vindo a agravar-se, destacando o carácter atípico do último inverno, bem como a crescente intensidade dos fenómenos meteorológicos adversos, circunstâncias que aumentam o risco associado aos incêndios rurais, independentemente da diminuição de áreas florestais ou da recente promoção de algumas zonas. Reconheceu o trabalho desenvolvido pelas equipas de proteção civil e pelos diversos agentes envolvidos no combate e prevenção de incêndios, considerando, contudo, necessário reforçar a capacidade de intervenção no território, numa lógica mais preventiva, dinâmica e integrada, permitindo uma atuação mais profunda no espaço florestal e não apenas ao nível das estradas ou das redes de drenagem. Defendeu a importância de reforçar estratégias de gestão ativa da floresta, designadamente através do recurso ao fogo controlado e da articulação com entidades e técnicos especializados, sublinhando a necessidade de proteger não apenas as aldeias e populações, mas também as áreas florestais e a biodiversidade existentes no concelho. Salientou que o território dispõe já de instrumentos de planeamento que identificam prioridades e dificuldades, nomeadamente o plano de gestão da paisagem, considerando essencial passar da fase de diagnóstico à implementação concreta de medidas no terreno. Nesse âmbito, foi referida a oportunidade de recorrer a mecanismos de financiamento e protocolos de cooperação que permitam dar maior agilidade às entidades com responsabilidade na gestão do território, incluindo autarquias, comissões e demais agentes locais.

Abordou também a problemática da elevada densidade de caça maior em algumas zonas do concelho, situação já identificada nos instrumentos de planeamento existentes, tendo defendido a adoção de medidas mais eficazes de gestão e mitigação destes impactos, designadamente através da criação de áreas de alimentação afastadas dos aglomerados populacionais. Por fim, salientou a necessidade de continuar a sensibilizar a população e os técnicos para estas matérias, promovendo uma maior consciencialização relativamente à gestão da floresta, à prevenção de riscos e à necessidade de assegurar uma intervenção contínua e articulada no território, tendo em vista a construção de uma paisagem mais resiliente e sustentável no futuro. -----

A Sra. Vice-Presidente fez referência à deslocação à Freguesia de Vilarinho, reforçando a importância da proximidade com as populações e do contacto direto com os cidadãos. Salientou que o concelho da Lousã tem vindo a evoluir positivamente, reconhecendo, contudo, que subsistem matérias mais complexas cuja resolução exige diálogo, partilha de conhecimento e concertação entre as diferentes entidades envolvidas. Referiu que a gestão de determinadas situações continua a apresentar dificuldades, nomeadamente nos casos em que existem árvores ou intervenções em áreas de interface entre espaços públicos e privados, circunstâncias que exigem permanente articulação entre os Municípios e os proprietários. Assinalou o Dia Nacional do Bombeiro, celebrado a 4 de maio, destacando a cerimónia comemorativa dos 122 anos da corporação local, tendo reiterado o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros e reforçou a importância do investimento municipal na área da proteção civil e da segurança. Apresentou um voto de congratulação ao Clube Recreativo Vilarinhense, pelo seu aniversário, e enalteceu as manifestações culturais promovidas no âmbito das comemorações da Revolução de Abril. Nesse contexto, considerou muito positiva a realização da sessão solene em espaço cultural aberto à comunidade, valorizando a aproximação entre as instituições e a população, bem como a continuidade das exposições e iniciativas associadas às comemorações. Por fim, informou que teria lugar, nesse mesmo dia, a conferência de imprensa de apresentação da nona edição do festival literário internacional “Palavras de Fogo”, promovido pela ARTEVIA em parceria com o Município, ocasião em que seriam divulgadas as diversas iniciativas



integradas no evento, com início previsto para o dia 6 e duração até ao domingo seguinte. -----

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção agradecendo a presença de todos na reunião sublinhando o simbolismo da realização da primeira reunião de Câmara descentralizada ser na Freguesia de Vilarinho, após a sua reconstituição como freguesia autónoma. Referiu que a reposição da Freguesia de Vilarinho representou um processo exigente, e destacou o trabalho desenvolvido pelo Município, pelo Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Joaquim Sêco, e pelas demais entidades envolvidas. Relativamente à ausência de alguns membros do Governo e Deputados na cerimónia do Aniversário dos Bombeiros Municipais esclareceu que tal se deveu a incompatibilidades de agenda previamente justificadas, salientando que os diversos responsáveis políticos têm mantido contacto institucional com o Município e acompanhado os assuntos relevantes para o concelho. Em resposta a questões colocadas sobre as obras do Metro Mondego, informou que já foi solicitado um relatório de vistoria geral à infraestrutura. Relativamente a projeto de licenciamento da obra particular em Vale de Neira a Velha, esclareceu que o projeto inicial sofreu alterações, tendo sido necessário proceder à revisão da solução apresentada. Informou ainda que o processo está a ser acompanhado pelos serviços competentes e que o mesmo foi novamente submetido para apreciação. Sobre a Unidade de Saúde da Lousã, informou que continuam a decorrer diligências junto da Unidade Local de Saúde e da Administração Regional de Saúde para garantir o reforço de médicos e a melhoria da prestação de cuidados. Referiu que existe a expectativa de contratação de novos profissionais e que o objetivo passa por assegurar, progressivamente, uma resposta mais eficaz à população, incluindo a criação de condições para o funcionamento permanente dos serviços no novo edifício de saúde. Acrescentou que a conclusão da obra poderá sofrer um ligeiro atraso devido à necessidade de executar trabalhos complementares, nomeadamente em áreas específicas como a saúde oral e instalações técnicas, mantendo-se, contudo, a previsão de conclusão durante o verão. Esclareceu que o valor de cerca de 590 mil euros corresponde a um adiantamento baseado numa estimativa inicial dos danos apurados. Explicou que o levantamento efetuado teve carácter declarativo e urgente, tendo sido realizado num curto espaço de tempo, recorrendo à

experiência dos serviços municipais e a avaliações preliminares. Informou ainda que o Município aguarda a formalização do respetivo contrato-programa e a transferência das verbas por parte das entidades competentes. Questionado sobre os apoios a particulares afetados pelos incêndios, referiu que não existem, até ao momento, informações sobre atrasos nos pagamentos relativos aos processos já validados, embora alguns pedidos ainda se encontrem em fase de avaliação. Defendeu que, em situações de eventual fraude comprovada, devem ser aplicados os mecanismos legais adequados, garantindo a responsabilização dos infratores e a proteção dos recursos públicos. Sobre a nomeação do novo Comandante dos Bombeiros Municipais, esclareceu que, nos termos legais, a competência para a nomeação cabe ao Presidente da Câmara, podendo o cargo ser desempenhado por elementos provenientes quer da estrutura municipal quer de outras entidades com as qualificações exigidas. Informou igualmente que já foram estabelecidos contactos com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil para enquadrar o processo. Abordou ainda as dificuldades existentes relativamente ao financiamento de investimentos nas áreas do abastecimento de água e saneamento, explicando que os atuais mecanismos de acesso a fundos comunitários nem sempre permitem às empresas intermunicipais candidatar-se diretamente aos apoios disponíveis. Referiu que o Município está a trabalhar, em conjunto com outras entidades, na procura de soluções que permitam ultrapassar estas limitações e concretizar investimentos considerados prioritários para o concelho. Por último, relativamente ao protocolo com o IKEA relacionado com a gestão florestal e prevenção de incêndios, esclareceu que o processo se encontra ainda numa fase preliminar. Informou que foram identificadas várias entidades potencialmente interessadas em colaborar na execução de ações de gestão de combustível, compartimentação da floresta e valorização do território, estando prevista uma reunião para aprofundar o modelo de intervenção e definir os respetivos compromissos. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.1.1. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.04.2026 de aceitação de doação da empresa Trevipapel – Transformação e Corte de Papel, SA; -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que a viatura em apreciação resulta de uma doação efetuada no âmbito da aquisição de duas máquinas pelo Município, tendo a empresa fornecedora manifestado vontade de se associar às atividades municipais, nomeadamente nas áreas de apoio operacional e proteção civil. Agradeceu o gesto da empresa e referiu que a viatura permitirá reforçar a capacidade de transporte de equipamentos e materiais, proporcionando maior autonomia aos serviços municipais. Salientou ainda que a sua utilização contribuirá para reduzir a necessidade de mobilização de maquinaria pesada em determinadas operações, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos municipais e uma diminuição dos custos associados às deslocações e intervenções. _____

O Sr. Vereador António Marçal questionou sobre o enquadramento legal do procedimento da aceitação da doação; -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a aceitação da doação foi inicialmente formalizada por seu despacho, por razões de urgência e para não comprometer a disponibilidade imediata da viatura. No entanto, atendendo ao regime legal aplicável, foi submetida à apreciação da Câmara Municipal a respetiva ratificação, de forma a assegurar a plena regularidade do ato administrativo. Referiu ainda que a proposta apresentada visava precisamente sanar qualquer eventual irregularidade formal decorrente da tramitação inicial do processo, não existindo dúvidas quanto ao interesse público da aceitação da doação. -----

O Sr. Vereador António Marçal esclareceu que a sua intervenção se destinava apenas a enquadrar juridicamente a questão, não colocando em causa a utilidade da viatura nem a aceitação da doação, mas apenas a necessidade de cumprimento dos procedimentos legais adequados. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.04.2026 de aceitação de doação da empresa Trevipapel – Transformação e Corte de Papel, SA; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27.04.2026 de aceitação de doação da empresa Trevipapel – Transformação e Corte de Papel, SA (Doc. 1 (um)) -----

3.1.2. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 1.063,34 €, relativa ao “Projeto 61: EDP/DPO – Encarregado de Proteção de Dados / Data Protector Officer”; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 1.063,34 €, relativa ao “Projeto 61: EDP/DPO – Encarregado de Proteção de Dados / Data Protector Officer”; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 1.063,34 €, relativa ao “Projeto 61: EDP/DPO – Encarregado de Proteção de Dados / Data Protector Officer” (Doc. 2 (dois)) -----

3.2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

3.2.1. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 101168748; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 101168748;

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 101 168 748. (Doc. 3 (três)) -----

3.2.2 Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 27.04.2026 relativo à aprovação de trabalhos complementares nos contratos associados aos lotes das prestação de serviço das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) do Concurso Público nº05/2025 (Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro – Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026); -----



O **Sr. Presidente da Câmara** apresentou a proposta relativa ao reforço financeiro do contrato de prestação de serviços de apoio aos alunos, explicando que a necessidade desta alteração resulta do aumento significativo do número de alunos abrangidos pelo serviço, em particular daqueles que apresentam necessidades específicas de acompanhamento e apoio. Referiu que o concurso inicialmente lançado foi elaborado com base nas previsões existentes à data, mas que a realidade verificada ao longo do ano letivo veio demonstrar a necessidade de reforçar os recursos humanos afetos ao serviço. Explicou que o número de monitores previsto no caderno de encargos revelou-se insuficiente para responder adequadamente às necessidades identificadas nos estabelecimentos de ensino. Acrescentou que a empresa adjudicatária teve de reforçar o número de trabalhadores colocados ao serviço das escolas, assegurando o acompanhamento dos alunos e o cumprimento dos níveis de serviço exigidos pelo Município. Nesse sentido, considerou legítimo o pedido de compensação financeira apresentado pela empresa pelos encargos adicionais suportados. Salientou ainda que a não aprovação da proposta poderia colocar em risco a continuidade do serviço nos meses seguintes, situação que o Município não poderia permitir, atendendo à importância do apoio prestado aos alunos e às suas famílias. Informou igualmente que já se encontra em preparação um novo procedimento contratual, com um caderno de encargos ajustado à realidade atual das escolas e às necessidades efetivamente verificadas, procurando evitar situações semelhantes no futuro. -----

O **Sr. Vereador António Marçal**, manifestou concordância com a necessidade de garantir a continuidade do serviço e de assegurar os apoios aos alunos, mas alertou para a importância de repensar o modelo adotado para este tipo de contratação. Referiu que se trata de uma área particularmente sensível, relacionada com o acompanhamento de crianças e jovens com necessidades específicas, defendendo que futuras soluções deverão ponderar modelos de gestão que garantam maior estabilidade e adequação dos recursos humanos afetos a estas funções. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** concordou com a preocupação manifestada, reconhecendo as limitações existentes no atual enquadramento legal e contratual. Referiu que o Município tem procurado encontrar soluções mais adequadas, mas que a legislação em vigor condiciona significativamente as opções disponíveis.

Acrescentou ainda que o reforço do quadro de pessoal municipal, incluindo assistentes operacionais, poderá contribuir para uma melhor resposta futura, embora subsistam dificuldades relacionadas com a gestão de ausências, substituições e demais constrangimentos inerentes à prestação destes serviços. --

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho de 27.04.2026 relativo à aprovação de trabalhos complementares nos contratos associados aos lotes das prestação de serviço das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) do Concurso Público nº05/2025 (Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro - Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação de 27.04.2026 relativo à aprovação de trabalhos complementares nos contratos associados aos lotes das prestação de serviço das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) do Concurso Público nº05/2025 (Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro - Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026. (Doc. 4 (quatro)) -----

3.2.3 Proposta de atribuição de apoio financeiro ao Montanha Clube, no montante de 1.250,00 €, destinado à colaboração a prestar no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally Portugal 2026; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro ao Montanha Clube, no montante de 1.250,00 €, destinado à colaboração a prestar no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally Portugal 2026; -

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro ao Montanha Clube, no montante de 1.250,00 €, destinado à colaboração a prestar no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally Portugal 2026. (Doc. 5 (cinco)) -----

3.2.4 Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural do Padrão, no montante de 5.000,00 €, para beneficiação de instalações; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural do Padrão, no montante de 5.000,00 €, para beneficiação de instalações; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural do Padrão, no montante de 5.000,00 €, para beneficiação de instalações. (Doc. 6 (seis))

3.2.5 Proposta de aprovação de Acordo de Parceria a celebrar com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de acordo de parceria a celebrar com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o acordo de parceria a celebrar com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026. (Doc. 7 (sete)) -----

3.2.6 Proposta de aprovação de Acordo de Parceria a celebrar com a Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Acordo de Parceria a celebrar com a Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Acordo de Parceria a celebrar com a Freguesia de Serpins no âmbito da realização da passagem do Vodafone Rally de Portugal 2026. (Doc. 8 (oito)) -----

3.2.7 Voto de Reconhecimento à equipa sénior do Clube Desportivo Lousanense pelo acesso à Divisão de Elite da Associação de Futebol de Coimbra da próxima temporada. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento à equipa sénior do Clube Desportivo Lousanense pelo acesso à Divisão de Elite da Associação de Futebol de Coimbra da próxima temporada; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento à equipa sénior do Clube Desportivo Lousanense pelo acesso à

Divisão de Elite da Associação de Futebol de Coimbra da próxima temporada. (Doc. 9(nove)) -----

3.2.8 Voto de Reconhecimento à equipa sénior do Rugby Clube da Lousã que se sagrou campeão nacional da (CN1) 1.ª Divisão de Rugby. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento à equipa sénior do Rugby Clube da Lousã que se sagrou campeão nacional da (CN1) 1.ª Divisão de Rugby; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento à equipa sénior do Rugby Clube da Lousã que se sagrou campeão nacional da (CN1) 1.ª Divisão de Rugby. (Doc. 10 (dez)) -----

3.2.9 Voto de Reconhecimento à atleta Catarina Amado que ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a liga BPI de Futebol Feminino da época desportiva 2025/2026; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Reconhecimento à atleta Catarina Amado que ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a liga BPI de Futebol Feminino da época desportiva 2025/2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento à atleta Catarina Amado que ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a liga BPI de Futebol Feminino da época desportiva 2025/2026. (Doc. 11 (onze)) -----

3.2.10. Voto de reconhecimento a Gonçalo Dionisio pizzaiolo, pela conquista do 1.º lugar nacional e 35.º lugar mundial, no Campeonato Mundial de Pizza realizado em Roma. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o voto de Reconhecimento a Gonçalo Dionisio, pizzaiolo pela conquista do 1.º lugar nacional e 35.º lugar mundial, no campeonato Mundial de Pizza realizado em Roma. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de Reconhecimento a Gonçalo Dionisio pizzaiolo, pela conquista do 1.º lugar nacional e 35.º lugar mundial, no campeonato Mundial de Pizza realizado em Roma. (Doc. 12 (doze)) -----

3.3. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

3.3.1 Proposta de início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação da Lousã; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação da Lousã; ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação da Lousã. (Doc. 13 (treze)) -----

3.3.2 Proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município da Lousã; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município da Lousã -----

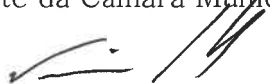
A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município da Lousã. (Doc. 14 (quatorze)) -----

4. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 12 horas e 50 minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



